

ATA DE SESSÃO DE JULGAMENTO SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO

49ª Sessão de 2024

(21ª Sessão Ordinária)

Data: 28/08/2024

Horário de início: 14:02 horas

Presidente: Juíza Federal CAROLINE MEDEIROS E SILVA.

Secretário(a): FABIANI REGIS DA SILVA GUIMARÃES GONÇALVES.

Participantes:

Juíza Federal CAROLINE MEDEIROS E SILVA

Juiz Federal CARLOS ALEXANDRE BENJAMIN

Juíza Federal MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO

Não havendo impugnação, foi aprovada a ata da sessão anterior. Na Portaria nº TRF2-PTP-2023/00569, de 26 de dezembro de 2023, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, estão descritas as recomendações a serem observadas nas sessões de julgamento híbridas.

RECURSO CÍVEL Nº 5015372-89.2024.4.02.5101/RJ (PAUTA: 2)

RECORRENTE: EDINA BITTENCOURT (AUTOR)

ADVOGADO(A): BRUNA GOMES LEO DE DECCO (OAB RJ199490)

ADVOGADO(A): ANDRESSA LESSA PONTES DA SILVA (OAB RJ197914)

RECORRIDO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (RÉU)

PROCURADOR(A): INGRID KUWADA OBERG FERRAZ

PROCURADOR(A): ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES

RELATORA: JUÍZA FEDERAL CAROLINE MEDEIROS E SILVA

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DA PARTE AUTORA, PARA, REFORMANDO A SENTENÇA DE ORIGEM, JULGAR PROCEDENTE O PLEITO DE INDENIZATÓRIO MATERIAL, CONDENANDO A CEF AO PAGAMENTO DE R\$ 4.166,34, VALOR SOBRE O QUAL DEVERÁ INCIDIR JUROS DE 1% PELO CC/02 E CORREÇÃO MONETÁRIA PELO IPCA-E AMBOS A PARTIR DA DATA DO EVENTO DANOSO (16/01/2024). ENTREMENTES, DECLARANDO A INEXISTÊNCIA DA DÍVIDA DE CHEQUE ESPECIAL EFETUADA EM 16/01/2024 NO VALOR DE R\$ 4.828,66, CONDENO A CEF A CANCELAR SUA COBRANÇA ASSIM COMO DOS CONSECUTÓRIOS LEGAIS DELA DECORRENTES. CUSTAS JÁ RECOLHIDAS. DEIXO DE CONDENAR A AUTORA (RECORRENTE) AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ANTE O PARCIAL PROVIMENTO RECURSAL A TEOR DO ART. 55 DA LEI 9099/95.

SUSTENTAÇÃO ORAL PRESENCIAL: BRUNA GOMES LEO DE DECCO POR EDINA BITTENCOURT

RECURSO CÍVEL Nº 5007825-74.2020.4.02.5121/RJ (PAUTA: 22)

RECORRENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (RÉU)

PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

RECORRIDO: ELAINE CRISTINA DO ROSARIO FERREIRA RIBEIRO (AUTOR)

ADVOGADO(A): LUIZ CARLOS FERRARI GONCALVES FILHO (OAB RJ157994)

MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF)

PERITO: SERGIO ANTONIO DIAS MARTINS

RELATORA: JUÍZA FEDERAL CAROLINE MEDEIROS E SILVA

PROSSEGUINDO NO JULGAMENTO, A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER DO RECURSO DA UNIÃO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, APENAS PARA FIXAR COMO TERMO A QUO DA DIFERENÇA DE PERCENTUAIS ATINENTE AO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A DATA DA CONFEÇÃO DO LAUDO PERICIAL DO JUÍZO (DATA DA DILIGÊNCIA) QUE NO CASO FOI 05/07/2022. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS A TEOR DO ART. 55 DA LEI 9.099/95.

SUSTENTAÇÃO ORAL PRESENCIAL: LUIZ CARLOS FERRARI GONCALVES FILHO POR ELAINE CRISTINA DO ROSARIO FERREIRA RIBEIRO

RECURSO CÍVEL Nº 5094882-88.2023.4.02.5101/RJ (PAUTA: 8)

RECORRENTE: VITAL JOSE DE SOUZA (AUTOR)

ADVOGADO(A): LUIZ ANTONIO CARNEIRO DA LUZ (OAB RJ101359)

ADVOGADO(A): FLAVIA CARNEIRO DA LUZ DE SA (OAB RJ099588)

RECORRIDO: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL (RÉU)

PROCURADOR(A): ALCINA DOS SANTOS ALVES

RELATORA: JUÍZA FEDERAL CAROLINE MEDEIROS E SILVA

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA PARTE AUTORA, MANTENDO A SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA NO QUE TANGE À ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS ÀQUELE TÍTULO NA RPV DE 2020, E JULGO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR NO QUE TANGE À ISENÇÃO TRIBUTÁRIA A CONTAR DE 2015, DE MODO GERAL, POR NÃO TER SIDO A QUESTÃO LEVADA À VIA ADMINISTRATIVA. CONDENO O RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUE FIXO EM 10% DO VALOR DA CAUSA A TEOR DO ART. 55 DA LEI 9.099/95. CONCEDIDA A GRATUIDADE, FICA A PARTE ISENTA DAS CUSTAS PROCESSUAIS (ART. 4º, II, DA LEI 9.289/1996) E SUSPENSOS OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS (ART. 98, §3º, DA LEI Nº 13.105/15 - CPC; ART. 55, 2ª PARTE, DA LEI 9.099/95; ART. 54, PARÁGRAFO ÚNICO, IN FINE, DA LEI 9.099/95, COMBINADO COM ART. 1º DA LEI 10.259/2001). SEM CUSTAS, ANTE A ISENÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 4º, I, DA LEI 9.289/1996. SEM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS A TEOR DO ART. 55 DA LEI 9.099/95 ANTE O PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO.

SUSTENTAÇÃO ORAL POR VIDEOCONFERÊNCIA: FLAVIA CARNEIRO DA LUZ DE SA POR VITAL JOSE DE SOUZA

RECURSO CÍVEL Nº 5004638-87.2022.4.02.5121/RJ (PAUTA: 23)

RECORRENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (RÉU)

PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

RECORRIDO: LETICIA AVELINO DE SOUSA DIUANA (AUTOR)

ADVOGADO(A): RAPHAEL RAY DA ROCHA FORTE (OAB RJ222279)

ADVOGADO(A): MARCELLA FERNANDES GOMES PEREIRA FORTE (OAB RJ219301)

ADVOGADO(A): LIDIA BATISTA DE JESUS BRANDAO (OAB RJ232753)

PERITO: SERGIO ANTONIO DIAS MARTINS

RELATORA: JUÍZA FEDERAL MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO DA UNIÃO, PARA REFORMAR A SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DE ORIGEM, DE MODO A JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO. SEM CONDENAÇÃO DA UNIÃO AO PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, HAJA VISTA TRATAR-SE DE RECORRENTE VENCEDORA.

SUSTENTAÇÃO ORAL POR VIDEOCONFERÊNCIA: RAPHAEL RAY DA ROCHA FORTE POR LETICIA AVELINO DE SOUSA DIUANA

RECURSO CÍVEL Nº 5005405-33.2023.4.02.5108/RJ (PAUTA: 25)

RECORRENTE: SIGRID BARBOSA VIEGAS (AUTOR)

ADVOGADO(A): RODRIGO JUSTINO FRANKLIN CHACON (OAB PB021127)

ADVOGADO(A): LAÍS ARCANJO DO NASCIMENTO TEIXEIRA MARQUES (OAB PB032787)

ADVOGADO(A): NÁGILLA MIRHAL DE OLIVEIRA SILVA (OAB PB032120)

RECORRIDO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO (RÉU)

PROCURADOR(A): HUGO WILKEN MAURELL

RECORRIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (RÉU)

PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

UNIDADE EXTERNA: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO

RELATORA: JUÍZA FEDERAL MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, PARA MANTER A SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DE ORIGEM. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS, HAJA VISTA A ISENÇÃO DE QUE GOZA A PARTE RECORRENTE, POR SER BENEFICIÁRIA DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA (ART. 4º, II, DA LEI 9.289/96). CONDENO A PARTE AUTORA AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, QUE FIXO EM 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR DA CAUSA, VALOR ESTE QUE TERÁ SUA EXIGIBILIDADE SUSPensa, HAJA VISTA TRATAR-SE DE BENEFICIÁRIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA.

SUSTENTAÇÃO ORAL POR VIDEOCONFERÊNCIA: NÁGILLA MIRHAL DE OLIVEIRA SILVA POR SIGRID BARBOSA VIEGAS

RECURSO CÍVEL Nº 5011235-98.2023.4.02.5101/RJ (ADITAMENTO: 28)

RECORRENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (RÉU)

PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

RECORRIDO: VLANDER GOMES COSTA JUNIOR (AUTOR)

ADVOGADO(A): MARCELO JARDIM FARIA (OAB RJ231030)

PERITO: SERGIO ANTONIO DIAS MARTINS

RELATORA: JUÍZA FEDERAL MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DA UNIÃO, PARA REFORMAR A SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DE ORIGEM, UNICAMENTE PARA DETERMINAR QUE OS EFEITOS FINANCEIROS TENHAM INÍCIO A PARTIR DO LAUDO PERICIAL, EM 24/09/2023 (EV. 71), COM INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA SEGUNDO ÍNDICES DO MANUAL DE CÁLCULOS DA JUSTIÇA FEDERAL, QUE JÁ SOFREU ATUALIZAÇÃO EM VIRTUDE DA MUDANÇA NA SISTEMÁTICA DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E INCIDÊNCIA DE JUROS NAS CONDENAÇÕES IMPOSTAS À FAZENDA PÚBLICA, COM O ADVENTO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 113/2021, MEDIANTE APLICAÇÃO DA TAXA SELIC. FICA AUTORIZADA A COMPENSAÇÃO, DO QUANTUM A SER PAGO AO AUTOR, DE VALORES EVENTUALMENTE RECEBIDOS ADMINISTRATIVAMENTE PELO RECORRIDO SOB O MESMO TÍTULO. SEM CONDENAÇÃO DA UNIÃO EM CUSTAS OU HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, POR SE TRATAR DE RECORRENTE VENCEDORA, AINDA QUE EM PARTE.

SUSTENTAÇÃO ORAL POR VIDEOCONFERÊNCIA: MARCELO JARDIM FARIA POR VLANDER GOMES COSTA JUNIOR

RECURSO CÍVEL Nº 5100408-70.2022.4.02.5101/RJ (ADITAMENTO: 27)

RECORRENTE: CRISTINA SOARES DOS SANTOS (AUTOR)

ADVOGADO(A): MARCOS DA PAZ PERDIGAO (OAB RJ114103)

ADVOGADO(A): MATHEUS CONTREIRAS PRADO (OAB RJ249197)

ADVOGADO(A): BEN HUR DO NASCIMENTO PERDIGAO (OAB RJ235820)

ADVOGADO(A): BRUNO FELIPE PAZOS HORA (OAB RJ247380)

RECORRIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (RÉU)

PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

RELATORA: JUÍZA FEDERAL MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA AUTORA, PARA MANTER A SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DE ORIGEM, POR FUNDAMENTO DIVERSO. SEM CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DAS CUSTAS, HAJA VISTA A ISENÇÃO DE QUE GOZA A PARTE RECORRENTE, POR SER BENEFICIÁRIA DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA (ART. 4º, II, DA LEI 9.289/96). CONDENO A PARTE AUTORA AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, QUE FIXO EM 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR DA CAUSA, VALOR ESTE QUE TERÁ SUA EXIGIBILIDADE SUSPENSA, HAJA VISTA TRATAR-SE DE BENEFICIÁRIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA.

SUSTENTAÇÃO ORAL POR VIDEOCONFERÊNCIA: MATHEUS CONTREIRAS PRADO POR CRISTINA SOARES DOS SANTOS

RECURSO CÍVEL Nº 5020186-98.2021.4.02.5118/RJ (ADITAMENTO: 26)

RECORRENTE: CHARLES WAGNER AFFONSO (AUTOR)

ADVOGADO(A): BRUNO BARBOSA PEREIRA (OAB RJ214042)

ADVOGADO(A): JARDEL ROMULO CONRADO DOS SANTOS (OAB RJ215916)

ADVOGADO(A): SIDNEI AYRES DA SILVA (OAB RJ227134)

ADVOGADO(A): BRUNO BARBOSA PEREIRA

RECORRIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (RÉU)

PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

PERITO: EDUARDO DAVID

RELATORA: JUÍZA FEDERAL MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DA AUTORA, DE MODO A REFORMAR A SENTENÇA, PARA CONDENAR A UNIÃO A: (I) CONCEDER À AUTORA O ADICIONAL DE INSALUBRIDADE EM GRAU MÉDIO, NO PERCENTUAL DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VENCIMENTO BÁSICO; (II) PAGAR À AUTORA OS ATRASADOS DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE EM PERCENTUAL DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VENCIMENTO BÁSICO, DESDE 06/2018; (III) JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO DE PAGAMENTO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE EM GRAU MÁXIMO. FICA AUTORIZADA A COMPENSAÇÃO DE EVENTUAIS VALORES PAGOS SOB O MESMO TÍTULO NA VIA ADMINISTRATIVA. OS VALORES ATRASADOS SERÃO APURADOS COM BASE NOS CRITÉRIOS PREVISTOS NO MANUAL DE CÁLCULOS DA JUSTIÇA FEDERAL. SEM CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, HAJA VISTA SER RECORRENTE VENCEDORA, AINDA QUE EM PARTE.

SUSTENTAÇÃO ORAL POR VIDEOCONFERÊNCIA: BRUNO BARBOSA PEREIRA POR CHARLES WAGNER AFFONSO

RECURSO CÍVEL Nº 5001444-81.2023.4.02.5109/RJ (PAUTA: 7)

RECORRENTE: LOURDES MARIA BARRETO DA SILVA (AUTOR)

ADVOGADO(A): ISABELA BARRETO DA SILVA (OAB SP412822)

ADVOGADO(A): VIRGINIA MARIA PERANTONI ANDRADE ALVES (OAB RJ134853)

RECORRIDO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (RÉU)

PROCURADOR(A): SIMONE HENRIQUES PARREIRA DE CARVALHO

PROCURADOR(A): ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES

RECORRIDO: CAIXA CARTOES HOLDING S.A. (RÉU)

PROCURADOR(A): ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES

RELATORA: JUÍZA FEDERAL CAROLINE MEDEIROS E SILVA

APÓS O VOTO DA JUÍZA FEDERAL CAROLINE MEDEIROS E SILVA NO SENTIDO DE CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO, NO QUE FOI ACOMPANHADA PELO JUIZ FEDERAL CARLOS ALEXANDRE BENJAMIN E A DIVERGÊNCIA INAUGURADA PELA JUÍZA FEDERAL MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO, A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR MAIORIA, VENCIDA A JUÍZA FEDERAL MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO, CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DO AUTOR, PARA CANCELAR METADE DO DÉBITO COBRADO, NO MONANTE HISTÓRICO DE R\$3.900,00, BEM COMO OS CONSECUTÓRIOS LEGAIS COBRADOS, REMANESCENDO A COBRANÇA DE R\$3.900,00, DEVENDO A CEF PROVIDENCIAR A RETIRADA DA INSCRIÇÃO DO NOME DA AUTORA DO CADASTRO DE INADIMPLENTES POR FORÇA DESTA DÍVIDA ORIGINAL, INICIANDO A COBRANÇA DO REMANESCENTE, SEM PREJUÍZO DE FUTURAS INSCRIÇÕES CASO NÃO HAJA O PAGAMENTO DA DÍVIDA REMANESCENTE (R\$3.900,00) NESTA OCASIÃO MANTIDA. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS, POR SER RECORRENTE PARCIALMENTE VENCEDOR, AINDA QUE EM PARTE, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.

SUSTENTAÇÃO ORAL POR VIDEOCONFERÊNCIA: ISABELA BARRETO DA SILVA POR LOURDES MARIA BARRETO DA SILVA

RECURSO CÍVEL Nº 5007859-53.2023.4.02.5118/RJ (PAUTA: 24)

RECORRENTE: RICARDO BARBOSA DA SILVA (AUTOR)

ADVOGADO(A): DEBORA NOE DE CASTRO KNUST (OAB RJ207390)

RECORRIDO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (RÉU)

PROCURADOR(A): MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES

PROCURADOR(A): ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES

RELATORA: JUÍZA FEDERAL MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DO AUTOR, PARA MANTER A SENTENÇA RECORRIDA. SEM CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DAS CUSTAS, HAJA VISTA A ISENÇÃO DE QUE GOZA A PARTE RECORRENTE, POR SER BENEFICIÁRIA DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA (ART. 4º, II, DA LEI 9.289/96). CONDENO A PARTE AUTORA AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, QUE FIXO EM 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR DA CAUSA, VALOR ESTE QUE TERÁ SUA EXIGIBILIDADE SUSPensa, HAJA VISTA TRATAR-SE DE BENEFICIÁRIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA.

SUSTENTAÇÃO ORAL POR VIDEOCONFERÊNCIA: DEBORA NOE DE CASTRO KNUST POR RICARDO BARBOSA DA SILVA

RECURSO CÍVEL Nº 5002875-72.2022.4.02.5114/RJ (PAUTA: 9)

RECORRENTE: JANDERSON BEZERRA DOS REIS (AUTOR)

ADVOGADO(A): LUCILEIA LUIZA DE SOUZA SANTIAGO (OAB RJ189618)

ADVOGADO(A): MARCIO DA SILVA RAMOS (OAB RJ222274)

RECORRIDO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (RÉU)

PROCURADOR(A): ANA PAULA MOURA GAMA

PROCURADOR(A): ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES

RELATORA: JUÍZA FEDERAL CAROLINE MEDEIROS E SILVA

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DO AUTOR, PARA CONDENAR A RÉ A PROCEDER AO RETORNO DO AUTOR A MODALIDADE SAQUE-RESCISÃO DO FGTS, CONSIDERANDO QUE SUA OPÇÃO PELO SAQUE-ANIVERSÁRIO SE DEU HÁ MAIS DE 25 MESES E, NÃO HAVENDO QUAISQUER DOS OBICES MENCIONADOS NO ART 20-C DA LEI DO FGTS (CESSÃO OU ALIENAÇÃO DE DIREITOS FUTUROS AOS SAQUES ANUAIS) AUTORIZAR O LEVANTAMENTO DOS VALORES NOS MOLDES DO QUE LHE É FACULTADO NO SISTEMA SAQUE-RESCISÃO, CONSIDERANDO COMO CAUSA A DESPEDIDA SEM JUSTA CAUSA COMPROVADA POR TERMO DE DESPEDIDA. SEM CUSTAS, NOS TERMOS DO PARÁGRAFO

ÚNICO DO ART. 24-A DA LEI 9.028/95, COM A REDAÇÃO QUE LHE FOI DADA PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.180-35/2001. SEM CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ANTE A PROCEDENCIA PARCIAL DO PEDIDO.

SUSTENTAÇÃO ORAL POR VIDEOCONFERÊNCIA: LUCILEIA LUIZA DE SOUZA SANTIAGO
POR JANDERSON BEZERRA DOS REIS

RECURSO CÍVEL Nº 5083912-63.2022.4.02.5101/RJ (PAUTA: 13)

INCIDENTE: AGRAVO INTERNO

RECORRENTE: STEPHANIE MIRANDA NERY (AUTOR)

ADVOGADO(A): THAIS MANTOVANI SILVA FELIX (OAB RJ237928)

ADVOGADO(A): ELINE SANTOS DA SILVA (OAB RJ186120)

RECORRIDO: AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA (RÉU)

PROCURADOR(A): LUCIANA BAHIA IORIO RIBEIRO

RELATORA: JUÍZA FEDERAL MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER DO AGRAVO DA AUTORA E DE A ELE NEGAR PROVIMENTO, A FIM DE MANTER A DECISÃO AGRAVADA.

PREFERÊNCIA: ELINE SANTOS DA SILVA POR STEPHANIE MIRANDA NERY

RECURSO CÍVEL Nº 5000548-23.2023.4.02.5114/RJ (PAUTA: 17)

RECORRENTE: ECT-EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS (RÉU)

PROCURADOR(A): CARLOS EDUARDO GOMES GONCALVES

RECORRIDO: NELMA LAZZARO SANT ANA DA SILVA (AUTOR)

ADVOGADO(A): LUCIA DO NASCIMENTO CAMARGO SEVERO (OAB RJ166453)

RELATORA: JUÍZA FEDERAL MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DA ECT, PARA PARA REFORMAR A SENTENÇA RECORRIDA A FIM DE REDUZIR O VALOR DA CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS PARA R\$500,00. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS POR SE TRATAR DE RECORRENTE VENCEDOR, AINDA QUE PARCIALMENTE.

RECURSO CÍVEL Nº 5067927-20.2023.4.02.5101/RJ (PAUTA: 18)

INCIDENTE:

RECORRENTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (RÉU)

PROCURADOR(A): RAFAEL PORDEUS COSTA LIMA NETO

PROCURADOR(A): ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES

RECORRENTE: RENATO COSTA GANDARA (AUTOR)

ADVOGADO(A): FLAVIO BRANCO PEREIRA (OAB RJ117616)

RECORRIDO: OS MESMOS

RETIRADO DE PAUTA.

RECURSO CÍVEL Nº 5005121-13.2023.4.02.5112/RJ (PAUTA: 1)

RECORRENTE: ROBERTO DOS SANTOS PEREIRA JUNIOR (AUTOR)

ADVOGADO(A): BRUNO MARLAN SANTOS VIEIRA (OAB RJ204411)

RECORRIDO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (RÉU)
PROCURADOR(A): ROBERTO PAULO OLIVEIRA AZEVEDO
PROCURADOR(A): ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CAROLINE MEDEIROS E SILVA

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA PARTE AUTORA, MANTENDO A SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA PELOS FUNDAMENTOS SUPRA ESPOSADOS. CONDENO A RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUE FIXO EM 10% DO VALOR DA CAUSA A TEOR DO ART. 55 DA LEI 9.099/95. CONCEDIDA A GRATUIDADE, FICA A PARTE ISENTA DAS CUSTAS PROCESSUAIS (ART. 4º, II, DA LEI 9.289/1996) E SUSPENSOS OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS (ART. 98, §3º, DA LEI Nº 13.105/15 - CPC; ART. 55, 2ª PARTE, DA LEI 9.099/95; ART. 54, PARÁGRAFO ÚNICO, IN FINE, DA LEI 9.099/95, COMBINADO COM ART. 1º DA LEI 10.259/2001). INTIMEM-SE AS PARTES. PUBLIQUE-SE. COM O TRÂNSITO EM JULGADO, CERTIFIQUE-SE E, APÓS, REMETAM-SE OS AUTOS AO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE ORIGEM, COM A DEVIDA BAIXA.

RECURSO CÍVEL Nº 5080022-82.2023.4.02.5101/RJ (PAUTA: 3)

INCIDENTE: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

RECORRENTE: RAFAEL SANTOS DA SILVA (AUTOR)
ADVOGADO(A): PAMELA PARREIRA DE QUEIROZ (OAB RJ208653)
RECORRIDO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (RÉU)
PROCURADOR(A): SONIA MARIA BERTONCINI
PROCURADOR(A): ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CAROLINE MEDEIROS E SILVA

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, MAS NEGOU-LHES PROVIMENTO, DEVENDO SER MANTIDO O ACÓRDÃO IMPUGNADO. INTIMEM-SE. TRANSITADO EM JULGADO, CERTIFIQUE-SE E, APÓS, REMETAM-SE OS AUTOS AO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE ORIGEM, COM A DEVIDA BAIXA. É COMO VOTO.

RECURSO CÍVEL Nº 5001020-33.2023.4.02.5111/RJ (PAUTA: 4)

RECORRENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RÉU)
PROCURADOR(A): DANIEL MALAGUTI BUENO E SILVA
RECORRIDO: ROSANGELA CRISTINA DA CUNHA (AUTOR)
ADVOGADO(A): PANAYOTIS NICOLA PALIOLOGO XAVIER (OAB RJ173168)
RELATORA: JUÍZA FEDERAL CAROLINE MEDEIROS E SILVA

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DO INSS. O INSS É ISENTO DE CUSTAS. CONDENO O INSS EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUE FIXO EM 10% DO VALOR DA CONDENAÇÃO A TEOR DO ART. 55 DA LEI Nº 9099/95. INTIMEM-SE AS PARTES. PUBLIQUE-SE. COM O TRÂNSITO EM JULGADO, CERTIFIQUE-SE E, APÓS, REMETAM-SE OS AUTOS AO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE ORIGEM, COM A DEVIDA BAIXA. É COMO VOTO.

RECURSO CÍVEL Nº 5014345-78.2023.4.02.5110/RJ (PAUTA: 5)

RECORRENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RÉU)
PROCURADOR(A): DANIEL MALAGUTI BUENO E SILVA
RECORRIDO: JOSEFA BATISTA DOS SANTOS (AUTOR)
ADVOGADO(A): DANIELLE RODRIGUES DIOGO COSTA (OAB RJ145044)

RELATORA: JUÍZA FEDERAL CAROLINE MEDEIROS E SILVA

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO DO INSS, PARA JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO AUTORA. O INSS É ISENTO DE CUSTAS. DEIXO DE CONDENÁ-LO AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ANTE O PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO A TEOR DO ART. 55 DA LEI 9099/95. INTIMEM-SE AS PARTES. PUBLIQUE-SE. COM O TRÂNSITO EM JULGADO, CERTIFIQUE-SE E, APÓS, REMETAM-SE OS AUTOS AO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE ORIGEM, COM A DEVIDA BAIXA. É COMO VOTO.

RECURSO CÍVEL Nº 5001309-53.2024.4.02.5103/RJ (PAUTA: 6)

RECORRENTE: JHANDERSON PEREIRA GANDRA (AUTOR)

ADVOGADO(A): JOSE VICTOR MACHADO ALTINO (OAB RJ235294)

RECORRIDO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (RÉU)

PROCURADOR(A): CÉSAR AUGUSTO MARTINELLI FONSECA

PROCURADOR(A): ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES

RELATORA: JUÍZA FEDERAL CAROLINE MEDEIROS E SILVA

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA PARTE AUTORA, MANTENDO A SENTENÇA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CONDENO O RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUE FIXO EM 10% DO VALOR DA CAUSA A TEOR DO ART. 55 DA LEI 9.099/95. CONCEDIDA A GRATUIDADE, FICA A PARTE ISENTA DAS CUSTAS PROCESSUAIS (ART. 4º, II, DA LEI 9.289/1996) E SUSPENSOS OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS (ART. 98, §3º, DA LEI Nº 13.105/15 - CPC; ART. 55, 2ª PARTE, DA LEI 9.099/95; ART. 54, PARÁGRAFO ÚNICO, IN FINE, DA LEI 9.099/95, COMBINADO COM ART. 1º DA LEI 10.259/2001). INTIMEM-SE AS PARTES. PUBLIQUE-SE. COM O TRÂNSITO EM JULGADO, CERTIFIQUE-SE E, APÓS, REMETAM-SE OS AUTOS AO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE ORIGEM, COM A DEVIDA BAIXA. É COMO VOTO.

RECURSO CÍVEL Nº 5013064-82.2021.4.02.5102/RJ (PAUTA: 10)

RECORRENTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (RÉU)

PROCURADOR(A): MARCELO SOTOPIETRA

PROCURADOR(A): ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES

RECORRIDO: SILVIA LIMA PIRES DE SOUZA (AUTOR)

ADVOGADO(A): RENATA PIRES DE SERPA PINTO (OAB RJ123755)

ADVOGADO(A): MARIANA DE ALMEIDA LINDENBERG (OAB RJ165999)

RELATORA: JUÍZA FEDERAL CAROLINE MEDEIROS E SILVA

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DA CEF, APENAS PARA AFASTAR A CONDENÇÃO AO PAGAMENTO DE R\$ 5.000,00 A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, MANTENDO, NO MAIS, A SENTENÇA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CONDENO O RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS (JÁ RECOLHIDAS). DEIXO DE CONDENAR AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ANTE O PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO A TEOR DO ART. 55 DA LEI 9.099/95. INTIMEM-SE AS PARTES. PUBLIQUE-SE. COM O TRÂNSITO EM JULGADO, CERTIFIQUE-SE E, APÓS, REMETAM-SE OS AUTOS AO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE ORIGEM, COM A DEVIDA BAIXA. É COMO VOTO.

RECURSO CÍVEL Nº 5007709-60.2022.4.02.5101/RJ (PAUTA: 11)

RECORRENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (RÉU)

PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

RECORRENTE: EDUARDO DOMINGOS PORTELLA GUILHERME (AUTOR)
ADVOGADO(A): BRUNO BARBOSA PEREIRA (OAB RJ214042)
ADVOGADO(A): JARDEL ROMULO CONRADO DOS SANTOS (OAB RJ215916)
ADVOGADO(A): SIDNEI AYRES DA SILVA (OAB RJ227134)
ADVOGADO(A): BRUNO BARBOSA PEREIRA

RECORRIDO: OS MESMOS

PERITO: SERGIO ANTONIO DIAS MARTINS

RELATORA: JUÍZA FEDERAL MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AOS RECURSOS DA UNIÃO E DO AUTOR, PARA REFORMAR A SENTENÇA, DE MODO A JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO AUTORAL, PARA: (I) CONDENAR A UNIÃO A CONCEDER ADICIONAL DE INSALUBRIDADE EM GRAU MÉDIO (10%) À PARTE AUTORA, DESDE 02/2019, OBSERVADA A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL; (II) JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO DE PAGAMENTO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE EM GRAU MÁXIMO. OS VALORES ATRASADOS SERÃO APURADOS COM INCIDÊNCIA DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA, SEGUNDO O MANUAL DE CÁLCULOS DA JUSTIÇA FEDERAL. SEM CONDENAÇÃO DAS RECORRENTES AO PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, HAJA VISTA SEREM VENCEDORAS, AINDA QUE EM PARTE. INTIMEM-SE. TRANSITADO EM JULGADO, DÊ-SE BAIXA E ENCAMINHEM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM. É COMO VOTO.

RECURSO CÍVEL Nº 5007886-94.2022.4.02.5110/RJ (PAUTA: 12)

RECORRENTE: FIOCRUZ - FUNDACAO OSWALDO CRUZ (RÉU)

PROCURADOR(A): VINÍCIUS LAHORGUE PORTO DA COSTA

RECORRENTE: ALEXANDRE GOMES BARBOZA DE SOUZA (AUTOR)

ADVOGADO(A): BRUNO BARBOSA PEREIRA (OAB RJ214042)

ADVOGADO(A): JARDEL ROMULO CONRADO DOS SANTOS (OAB RJ215916)

ADVOGADO(A): SIDNEI AYRES DA SILVA (OAB RJ227134)

ADVOGADO(A): BRUNO BARBOSA PEREIRA

RECORRIDO: OS MESMOS

PERITO: SERGIO ANTONIO DIAS MARTINS

RELATORA: JUÍZA FEDERAL MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, JULGAR PREJUDICADOS OS RECURSOS DA FIOCRUZ E DO AUTOR E, DE OFÍCIO, ANULAR A SENTENÇA, PARA PROSSEGUIMENTO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL, NA FORMA DA FUNDAMENTAÇÃO ACIMA. SEM CONDENAÇÃO DOS RECORRENTES EM CUSTAS E HONORÁRIOS, POR NÃO TEREM DADO CAUSA À ANULAÇÃO. INTIMEM-SE. TRANSITADO EM JULGADO, DÊ-SE BAIXA E ENCAMINHEM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM. É COMO VOTO.

RECURSO CÍVEL Nº 5005665-20.2022.4.02.5117/RJ (PAUTA: 14)

RECORRENTE: BRUNA STEPHANIE FERREIRA BARCELLOS CAMPOS (AUTOR)

ADVOGADO(A): REJANE FERREIRA MOCO (OAB RJ139134)

RECORRIDO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (RÉU)

PROCURADOR(A): JORGE DONIZETI SANCHEZ

PROCURADOR(A): ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES

RECORRIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (RÉU)

PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

RELATORA: JUÍZA FEDERAL MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA AUTORA, MANTENDO A SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DE ORIGEM. SEM CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DAS CUSTAS, HAJA VISTA A ISENÇÃO DE QUE GOZA A PARTE RECORRENTE, POR SER BENEFICIÁRIA DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA (ART. 4º, II, DA LEI 9.289/96). CONDENO A PARTE AUTORA AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, QUE FIXO EM 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR DA CAUSA, VALOR ESTE QUE TERÁ SUA EXIGIBILIDADE SUSPENSA, HAJA VISTA TRATAR-SE DE BENEFICIÁRIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA. INTIMEM-SE. TRANSITADA EM JULGADO, REMETAM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM, COM A DEVIDA BAIXA. É COMO VOTO.

**RECURSO DE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL Nº 5039507-68.2024.4.02.5101/RJ
(PAUTA: 15)**

RECORRENTE: HELOISA EULALIA DOS SANTOS DA SILVA
ADVOGADO(A): ÓSCAR GIORGI RIBEIRO BATISTA (DPU)

RECORRIDO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR(A): HUGO WILKEN MAURELL

RECORRIDO: MUNICIPIO DE MESQUITA
PROCURADOR(A): IGOR SILVA DE MENEZES
PROCURADOR(A): CLAUDIA DA SILVA DEVEZA DANTAS

RECORRIDO: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO
PROCURADOR(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA FILHO

RELATORA: JUÍZA FEDERAL MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO EM MEDIDA DE URGÊNCIA INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA, PARA MANTER A DECISÃO DO EV. 9 DOS AUTOS ORIGINÁRIOS Nº 5004936-44.2024.4.02.5110. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS OU HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS, HAJA VISTA TRATAR-SE DE MERO INCIDENTE PROCESSUAL. INTIMEM-SE. TRANSITADA EM JULGADO, REMETAM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM, COM A DEVIDA BAIXA. É COMO VOTO.

RECURSO CÍVEL Nº 5004478-70.2023.4.02.5107/RJ (PAUTA: 16)

RECORRENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RÉU)
PROCURADOR(A): VINÍCIUS LAHORGUE PORTO DA COSTA
PROCURADOR(A): DANIEL MALAGUTI BUENO E SILVA

RECORRIDO: LEONINA RODRIGUES MACEDO (AUTOR)
ADVOGADO(A): RONAN RIBEIRO DOS SANTOS (OAB RJ218009)

RELATORA: JUÍZA FEDERAL MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO INTERPOSTO PELO INSS, PARA REFORMAR EM PARTE A SENTENÇA UNICAMENTE PARA DETERMINAR QUE OS CONSECUTÓRIOS LEGAIS OBSERVEM A EMENDA CONSTITUCIONAL 113/2021. SEM CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS AO RECORRENTE VENCEDOR, AINDA QUE EM PARTE. INTIMEM-SE. TRANSITADO EM JULGADO, DÊ-SE BAIXA E ENCAMINHEM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM. É COMO VOTO.

**RECURSO DE MEDIDA CAUTELAR CÍVEL Nº 5046840-71.2024.4.02.5101/RJ
(PAUTA: 19)**

RECORRENTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
PROCURADOR(A): GLAUCO ROBERTO DA CRUZ SILVA
PROCURADOR(A): ROBERTO CARLOS MARTINS PIRES

RECORRIDO: MARLON JONES DE OLIVEIRA ROSA DE SOUZA
ADVOGADO(A): ANA PAULA MENEZES DOS SANTOS (OAB RJ136417)

RECORRIDO: CONSTRUTORA MELLO DE AZEVEDO S.A.
ADVOGADO(A): RENATA DANTAS GAIA (OAB MG104160)

RELATORA: JUÍZA FEDERAL MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER DA MEDIDA DE URGÊNCIA E DE A ELA DAR PARCIAL PROVIMENTO PARA REFORMAR A DECISÃO DE ORIGEM, PARA DETERMINAR QUE A FIXAÇÃO DO VALOR DOS HONORÁRIOS LEVE EM CONTA OS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NO ART. 28, §1º, DA RESOLUÇÃO CJF 305/2014 (COM REDAÇÃO ALTERADA PELA RESOLUÇÃO CNJ Nº 575/2019), NO VALOR DE ATÉ TRÊS VEZES O VALOR MÁXIMO PREVISTO NA TABELA, DESDE QUE OBSERVADAS SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS E CONSIDERADAS ESPECIFICIDADES NO CASO CONCRETO, A SER DEPOSITADO APENAS PELA CONSTRUTORA MELLO DE AZEVEDO S/A. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS OU HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS, HAJA VISTA TRATAR-SE DE MERO INCIDENTE PROCESSUAL. INTIMEM-SE. DECORRIDO O PRAZO RECURSAL, REMETAM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM, COM A DEVIDA BAIXA. É COMO VOTO.

RECURSO CÍVEL Nº 5095562-73.2023.4.02.5101/RJ (PAUTA: 20)

RECORRENTE: ADRIANO DO AMARAL E VASCONCELOS (AUTOR)
ADVOGADO(A): NEWTON JOSE FERNANDES ARAGAO (OAB RJ140627)

RECORRIDO: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO DE JANEIRO - CREA/RJ (RÉU)

PROCURADOR(A): MÔNIQUE DE CASTRO BERSOT BARBOSA ARDUINO

PROCURADOR(A): ROBSON MANHAES DE OLIVEIRA

PROCURADOR(A): KAREN CRISTINA BARBOSA CAMPELLO

PROCURADOR(A): LUIS EDUARDO DE ATHAYDE VIEIRA

PROCURADOR(A): REGINA CELIA PINHEIRO AMORIM FONSECA

RELATORA: JUÍZA FEDERAL MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, JULGAR PREJUDICADO O RECURSO DO AUTOR E, DE OFÍCIO, ANULAR A SENTENÇA, PARA PROSSEGUIMENTO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL, CONFORME FUNDAMENTAÇÃO ACIMA. SEM CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, POR NÃO TER DADO CAUSA À ANULAÇÃO. INTIMEM-SE. TRANSITADO EM JULGADO, DÊ-SE BAIXA E ENCAMINHEM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM. É COMO VOTO.

RECURSO CÍVEL Nº 5011015-74.2022.4.02.5121/RJ (PAUTA: 21)

RECORRENTE: MARCOS ESTEVAO GOMES PASCHE (AUTOR)
ADVOGADO(A): CARLOS ALBERTO BOECHAT RANGEL (OAB RJ064900)

RECORRIDO: UFRRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (RÉU)

PROCURADOR(A): VINÍCIUS LAHORGUE PORTO DA COSTA

RELATORA: JUÍZA FEDERAL MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO

A 7ª TURMA RECURSAL DO RIO DE JANEIRO DECIDIU, POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO DO AUTOR, PARA REFORMAR A SENTENÇA RECORRIDA, A FIM DE CONDENAR A RÉ A PROCEDER À RETROAÇÃO DOS EFEITOS FINANCEIROS DA ACELERAÇÃO DA PROMOÇÃO DE DOCENTE CLASSE A PARA CLASSE C À DATA DE 29/07/2017, BEM COMO DE RETROAGIR À DATA DE 29/07/2019 OS EFEITOS FINANCEIROS REFERENTES À PROGRESSÃO DO NÍVEL C I PARA CII, COM PAGAMENTO DOS VALORES EM ATRASO, DEVIDAMENTE CORRIGIDOS CONFORME MANUAL DE CÁLCULOS DA JUSTIÇA FEDERAL1, OBSERVADA A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL E COMPENSADOS OS VALORES EVENTUALMENTE PAGOS NA VIA ADMINISTRATIVA, A SE COMPROVAR NA FASE DE CUMPRIMENTO DA SENTENÇA. SEM CONDENAÇÃO DO AUTOR AO PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, HAJA VISTA TRATAR-SE DE RECORRENTE VENCEDOR.

INTIMEM-SE. TRANSITADO EM JULGADO, DÊ-SE BAIXA E ENCAMINHEM-SE OS AUTOS AO JUIZADO DE ORIGEM. É COMO VOTO.

Encerrou-se a sessão às 17:13 horas, tendo sido julgado(s) 26 processo(s). Presentes, na Sala de Sessões do 9º andar, os(as) Exmos(as). Juíza Federal CAROLINE MEDEIROS E SILVA, Juiz Federal CARLOS ALEXANDRE BENJAMIN, Juíza Federal MICHELLE BRANDÃO DE SOUSA PINTO.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2024.